

**PESSOAL OCUPADO E ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS:
EXPLORANDO TENDÊNCIAS CONTRADITÓRIAS
EMPLOYMENT AND NUMBER OF ESTABLISHMENTS IN AGRICULTURE:
EXPLORING CONTRADICTORY TRENDS**

Autores: Jan Marc Paes de Barros Smid; Nicole Rennó Castro

Filiação: ESALQ/USP

E-mail: janmpbsmid@usp.br; nicole.castro@usp.br

Grupo de Trabalho (GT): GT9. Trabalho, emprego e ocupações rurais

Resumo

Este trabalho contribui para a compreensão sobre as tendências recentes e aparentemente contraditórias no mercado de trabalho agropecuário brasileiro, em que há redução substancial da população ocupada, concomitante à estabilidade no número de estabelecimentos agropecuários. São utilizadas técnicas de estatística descritiva. Os resultados mostram que, entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos foi sustentado pelo crescimento marcante observado na agricultura não familiar, que não aumentou em mesma magnitude seu uso de trabalho. Por sua vez, a queda da população ocupada na agropecuária derivou exclusivamente da redução observada na agricultura familiar, que vivenciou concomitantemente uma redução no número de estabelecimentos e na população ocupada média por estabelecimento.

Palavras-chave: conta própria; economia agrícola; trabalho agrícola.

Abstract

This study contributes to the understanding of recent and seemingly contradictory trends in the Brazilian agricultural labor market, where there is a substantial reduction in the employed population, concurrent with stability in the number of agricultural establishments. Techniques of descriptive statistics are utilized. The findings reveal that, between 2006 and 2017, the number of establishments was sustained by the marked growth observed in non-family farm, which did not increase its use of labor to the same magnitude. In turn, the decline in the agricultural employed population stemmed exclusively from the reduction observed in family farming, which simultaneously experienced a decrease in both the number of establishments and the average employed population per establishment.

Key words: self-employment; agricultural economy; agricultural labor.

1. Introdução

Uma tendência clara e amplamente discutida no contexto do mercado de trabalho agropecuário é a de redução da população ocupada (PO) ao longo do tempo. Segundo informações dos Censos Agropecuários, 23,4 milhões de pessoas trabalharam na agropecuária em 1985; esse número reduziu para 15,1 milhões em 2017. Por um lado, trata-se de um processo esperado quando um país se desenvolve (CHRISTIAENSEN et al., 2020). Por outro, esse movimento pode ocorrer em diferentes velocidades e intensidades a depender de aspectos específicos da demanda e da oferta de trabalho no setor. Entre 1991 e 2021, a velocidade de redução da participação do emprego agrícola no total no Brasil superou a média mundial, conforme dados da *International Labour Organization* (ILO): de 18,8% para 9,7% no mercado de trabalho brasileiro (ou 48%) e de 43,4% para 26,4% (ou 39%) na média mundial (ILO, 2022).

Alguns fatores explicam essa redução no Brasil, como: i) a substituição de trabalho por capital com a mecanização; ii) a redefinição das condições de concorrência e rentabilidade atrelada à modernização, podendo implicar especialização produtiva em sentido à concentração em atividades menos intensivas em trabalho e em eliminação ou marginalização de produtores que não aderem aos padrões tecnológicos; e iii) mudanças demográficas como redução do tamanho médio das famílias e migração de jovens para o meio urbano (BLANCO; RAURICH, 2022; GARCIA, 2014; HELFAND et al., 2014; BUAINAIN et al., 2013; ALVES et al., 2012).

Observando os dados das PNADs Anual e Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se que, de modo geral, de 2004 a 2022, a redução da PO agropecuária concentrou-se em grande medida nas categorias de trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2023a). Segundo o IBGE (2014a), o trabalhador por conta própria é o que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar; por sua vez, o trabalhador familiar auxiliar é aquele que trabalha sem receber pagamento em ajuda a membro do domicílio que é conta própria, empregador ou empregado. Logo, essas categorias dizem respeito essencialmente aos produtores rurais e seus membros familiares, o que deveria guardar relação com o número de estabelecimentos agropecuários.

Porém, apesar deste cenário, não tem se observado uma tendência de redução no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil (HELFAND et al., 2014), o que a princípio parece contraditório. Helfand et al. (2014), a partir de dados dos Censos Agropecuários de 1970 a 2006, mostraram que o número de estabelecimentos se manteve bastante estável nesse período; ainda, houve notável estabilidade nas parcelas de estabelecimentos em grandes grupos por tamanho. Segundo os autores, essa persistência dos pequenos e médios estabelecimentos decorre de três principais fatores. Primeiramente, uma minoria destes é competitiva e não está marginalizada. Em segundo lugar, muitos desses produtores já possuem idade avançada e muito dificilmente receberão novas oportunidades empregatícias, além de que o vínculo familiar entre eles é muito forte, logo este “ramo familiar” tende a persistir, ainda que sob menor produtividade em relação aos maiores produtores que possuem um maior poder de investimento e adequação às tendências do setor. Por fim, há diversas políticas públicas que possibilitam que famílias de estabelecimentos inviáveis economicamente se mantenham na agricultura, como aposentadoria rural, Bolsa Família, entre outros.

Nesse contexto, este estudo se apresenta com o objetivo de contribuir com a investigação sobre o que pode explicar essas tendências aparentemente contraditórias: de redução da população ocupada por conta própria na agropecuária concomitante à estabilidade no número de estabelecimentos agropecuários no País.

2. Metodologia

São aplicados, aos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, instrumentais de estatística descritiva – que envolvem a coleta, apresentação, análise e interpretação de dados por meio de quadros, gráficos e indicadores numéricos e estatísticos (REIS, 2008).

3. Resultados

A Tabela 1 traz dados gerais sobre a PO da agropecuária e o número de estabelecimentos agropecuários em 1995/96¹, 2006 e 2017. Percebe-se a diminuição clara, com o passar do tempo, da PO. Na comparação entre os anos extremos, 1995 e 2017, a redução chegou a 16%. Já quando se observa o número de estabelecimentos, não é observada uma tendência de redução. Entre 1995 e 2017, o número de estabelecimentos aumenta em 4,39%, embora reduza ligeiramente (1,98%) de 2006 a 2017. Para explorar o que está por trás desses movimentos opostos, dados adicionais são compilados e analisados. A Tabela 2 apresenta a ramificação desta PO pela relação empregado-empregador: se há laço de parentesco entre os dois, ou não. Entre 2006 e 2017, há um processo de “profissionalização” da agropecuária, haja vista que a população ocupada mais atingida pela diminuição é aquela em que há laço de parentesco com

¹ O Censo Agropecuário de 1995/1996 apresenta menos informações e detalhamentos que os posteriores. Por isso, algumas comparações são feitas apenas para o período de 2006 em diante.

o produtor. Ainda com o aumento da relação sem laço de parentesco, há a diminuição líquida do pessoal ocupado – esse aumento não absorve toda a perda numérica dos trabalhadores com laço de parentesco. Esse dado indica que as perdas maiores de contingentes de ocupados na agropecuária devem ter ocorrido em estabelecimentos familiares.

Tabela 1 - População ocupada (PO) e estabelecimentos na agropecuária brasileira em 1995, 2006 e 2017 e variações entre os anos

	Pessoal ocupado	Variação (%)	Número de estabelecimentos	Variação (%)
2017	15.105.125	-8,83%	5.073.324	-1,98%
2006	16.568.205	-7,60%	5.175.636	6,50%
1995	17.930.890		4.859.865	

Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE

Tabela 2 - Ramificação do pessoal ocupado em presença ou não de laço de parentesco entre o empregado com o produtor rural

	Pessoal ocupado	
	Com laço de parentesco	Sem laço de parentesco
2017	11.101.533	4.003.592
2006	12.801.406	3.766.799
Var. (%)	-13,28%	6,29%

Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE

A Tabela 3 apresenta a evolução da PO e do número de estabelecimentos por tipologia: agricultura familiar (AF) ou não familiar (ANF). Entre 2006 e 2017, há uma redução geral do pessoal ocupado na AF (-17,91%), e um aumento na ANF (17,54%). Logo, a agricultura familiar, assim como o vínculo empregatício familiar, perde espaço para o modelo não familiar de produção. O contraste dessa informação com a de número de estabelecimentos traz uma informação relevante: o número de estabelecimentos referentes à agricultura não familiar cresceu 45,29%, enquanto o número referente à agricultura familiar decresceu em 10,74%. Portanto, a queda de PO foi mais intensa que a queda de pessoas na AF; ao passo que na ANF, o aumento do número de estabelecimentos supera em grande medida o aumento da PO.

Tabela 3 - Evolução da PO e do número de estabelecimentos desagregado em relação à estabelecimento familiar ou não familiar

	Pessoal ocupado		Número de estabelecimentos	
	AF	ANF	AF	ANF
2017	10.115.559	4.989.566	3.897.408	1.175.916
2006	12.323.110	4.245.095	4.366.267	809.369
Var.(%)	-17,91%	17,54%	-10,74%	45,29%

Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE

Para consolidar essa informação, a Tabela 4 apresenta a PO média por tipo de estabelecimento. Houve diminuição da PO média por estabelecimento – mais intensa entre 1995 e 2006 (-13,24%), mas também entre 2006 e 2017 (-6,99%). Comparando a dinâmica por tipologia, nota-se que o número médio de trabalhadores reduziu nos dois casos, mas de forma bastante mais intensa (-19,1%) no estabelecimentos não familiares. Esse fenômeno deve refletir o avanço pautado na modernização, com mais estabelecimentos menos intensivos no uso de trabalho e mais intensivos no uso de capital. No caso da agricultura familiar, parte do movimento de queda da PO média também pode refletir essa modernização. Mas, além disso,

deve decorrer também tanto da redução do tamanho médio das famílias quanto da pluriatividade – quando membros da família buscam ocupações fora das lavouras.

Tabela 4 - Evolução da PO média por estabelecimento agropecuário e por tipo

Pessoal Ocupado médio em cada estabelecimento				
	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar	Total	Var. (%)
2017	2,60	4,24	2,98	-6,99%
2006	2,82	5,24	3,20	-13,24%
1995	Sem dados	Sem dados	3,69	
Var. (%)	-8,04%	-19,10%		

Fonte: elaborado pelos autores com base em IBGE

4. Conclusão

Com base nos resultados obtidos, observou-se que a notável redução de PO da agropecuária brasileira ocorreu especificamente para a AF. A queda de 1,4 milhão (8,8%) de trabalhadores da agropecuária entre 2006 e 2017 derivou da redução de 2,2 milhões para a AF, concomitante ao aumento de 744 mil na ANF. O número de estabelecimentos de fato permaneceu praticamente inalterado, com redução de apenas 2% (102 mil estabelecimentos). Mas, essa estabilidade decorreu de movimentos opostos entre as tipologias: -10,7% (469 mil) para estabelecimentos familiares e expressivos +45% (366 mil) para os não familiares. Foi observado, ainda, que tanto para a AF quanto a ANF, a PO média por estabelecimento reduziu. Esse conjunto de resultados explica o que está por trás das tendências aparentemente contraditórias exploradas nesse estudo: o número de estabelecimentos foi sustentado pelo crescimento marcante observado na ANF – que não aumentou em mesma magnitude seu uso de trabalho. Ao contrário, na AF, há redução no número de estabelecimentos (-10,74%) e na PO média por estabelecimento (-8,04%), implicando redução de quase 18% em sua PO total – o que causou a queda observada na PO da agropecuária como um todo.

Referências

- ALVES, E.; SOUZA, G. D. S.; ROCHA, D. D. P. Lucratividade da agricultura. Revista de Política Agrícola, 21(2), 45-63, 2012.
- BLANCO, C.; RAURICH, X. Agricultural composition and labor productivity. Journal of Development Economics, 158, 102934, 2022.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. D.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola, 22(2), p. 105-121, 2013.
- CHRISTIAENSEN, L.; RUTLEDGE, Z.; TAYLOR, J. E. The future of work in agriculture: some reflections. World Bank Policy Research Working Paper, (9193), 2020.
- GARCIA, J.R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: O mundo rural no Brasil do século 21, p. 559-590, 2014.
- HELFAND, S.H.; PEREIRA, V.P.; SOARES, W.L. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira - Situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; REIS, E. Estatística Descritiva. Lisboa: Edições Silabo, 2008. 245p.